



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1.996.**

Cria o **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS** - e o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, e dispõe sobre o Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da **POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei Complementar.

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO ÓRGÃO, SUA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA**

**ARTIGO 1º** - Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS**, órgão colegiado do sistema descentralizado e participativo da assistência social no município, de caráter permanente, deliberativo, normativo fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre o Poder Público e Sociedade Civil, vinculado à Secretaria Municipal da Criança, Família e Bem Estar Social.

**ARTIGO 2º** - O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS** é composto por 8 (oito) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito, cujos nomes são encaminhados, de acordo com os seguintes critérios:-

**I - 4 (quatro) representantes do Poder Público - assim especificados:-**

a) 1 (um) representante da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

**II - 4 (quatro) representantes da sociedade civil, escolhidos entre os indicados, em foro próprio, por entidades ou organizações de assistência social ou dos trabalhadores do setor.**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

**PARÁGRAFO 1º** - Os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS - , exercerão mandato por 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

**PARÁGRAFO 2º** - A presidência DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS - será exercida por um de seus membros, escolhido diretamente, para mandato de 01 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

**PARÁGRAFO 3º** - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, sendo seu desempenho considerado como de serviço público relevante.

**PARÁGRAFO 4º** - Os Suplentes substituirão os respectivos titulares em seus impedimentos e, em caso de vacância, assumirão o cargo pelo restante do mandato.

**PARÁGRAFO 5º** - O Regimento Interno especificará os casos de substituição e perda do mandato dos Conselheiros.

**ARTIGO 3º** - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS - contará com uma Secretaria Executiva a qual terá a sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

**ARTIGO 4º** - Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:-

- I - elaborar e aprovar o seu regimento interno;
- II - aprovar a Política Municipal de Assistência Social do município, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS;
- III - credenciar equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, ou de entidades ou organizações para a elaboração de laudo visando a concessão de prestação continuada às pessoas portadoras de deficiência;
- IV - fixar normas para a inscrição das entidades e organizações de assistência social no âmbito municipal;
- V - proceder à inscrição das entidades e organizações de Assistência Social;
- VI - fiscalizar as entidades e organizações assistenciais, na forma prevista em lei ou regulamento;
- VII - regulamentar a concessão e o valor dos benefícios eventuais previstos na Seção II da Lei Federal 8.742/93 - LOAS, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- VIII - estabelecer critérios para destinação de recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral;
- IX - orientar e controlar a administração do Fundo Municipal de Assistência Social;



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

ESTADO DE SÃO PAULO

**X - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os Programas Anuais e Plurianuais da aplicação dos recursos no Fundo Municipal de Assistência Social;**

**XI - definir os programas de assistência social, previstos no artigo 24 da Lei 8.742/93-Loas, obedecendo aos objetivos e princípios desta, com prioridade para a inserção profissional e social;**

**XII - delimitar os objetivos, tempo e área de abrangência, dos programas de assistência social (art.24 da Lei 8.742/93-Loas), a fim de qualificar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais;**

**XIII - articular os programas de assistência social voltados ao idoso e a integração da pessoa portadora de deficiência com o benefício de prestação continuada estabelecida no Artigo 20 da LOAS;**

**XIV - aprovar planos objetivando a celebração de contratos ou convênios entre o município e as entidades e organizações de assistência social;**

**XV - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;**

**XVI - estabelecer critérios para a transferência de recursos públicos ou subvenções às entidades prestadoras de serviços de assistência social, atuantes no Município;**

**XVII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária de assistência social do Município encaminhadas pela Secretaria Municipal da Criança, Família, e Bem Estar Social;**

**XVIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;**

**XIX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo de assistência social do Município;**

**XX - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta dos seus membros a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência Social do Município e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;**

**XXI - divulgar na Imprensa Oficial do Município, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e os respectivos pareceres emitidos.**

**XXII - elaborar seu Regimento Interno, bem como proceder as suas alterações, quando necessárias.**

### **CAPÍTULO II**

#### **DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

**ARTIGO 5º - A Secretaria Municipal da Criança, Família e Bem Estar Social, é o órgão da Administração Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

**ARTIGO 6º - À Secretaria Municipal da Criança, Família e Bem Estar Social compete:-**

**I - coordenar e articular as ações no campo da Assistência Social no âmbito do Município;**

**II - propor ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS, a Política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;**

**III - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social de acordo com os princípios definidos na Política Municipal de Assistência Social, submetendo-o à apreciação do Conselho;**

**IV - elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da Assistência Social, em conjunto com as demais áreas da Seguridade Social;**

**V - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Promoção e Assistência Social - Comas;**

**VI - encaminhar à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, relatórios trimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;**

**VII - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência Social;**

**VIII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;**

**IX - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação das proposições para a área;**

**X - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro das entidades e organizações de assistência Social abrangidas pelo município;**

**XI - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando a elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;**

**XII - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS;**

**XIII - elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Promoção Social-COMAS os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;**

**XIV - operar benefícios eventuais previstos no Artigo 22 da Lei 8.742/93 - LOAS, auxílio por natalidade ou morte;**

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**ARTIGO 7º - Fica instituído o Fundo Municipal de Assistência Social, órgão da Administração Municipal responsável pela gestão dos recursos destinados à assistência social.**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Cabe a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social, órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o Fundo Municipal de Assistência Social.

**ARTIGO 8º** - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:-

I - dotação consignada anualmente no orçamento municipal destinada à assistência social e créditos suplementares que forem destinados;

II - repasses provenientes dos Conselhos Estaduais e Nacional de Assistência Social;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - doações de entidades nacionais ou internacionais, governamentais ou não governamentais;

V - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras;

VI - outros recursos que lhe forem destinados.

**ARTIGO 9º** - A utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será realizada com observância das normas que regem o sistema de administração financeira e orçamentária.

### CAPÍTULO IV

**ARTIGO 10** - O Poder Executivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, nomeará e dará posse aos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-COMAS, e disciplinará a estrutura da Secretaria Executiva (art. 3º).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação da Lei, a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social tomará as providências necessárias para que a sociedade civil proceda a escolha e indicação de seus representantes ( art.2º, inc. II, §1º ).

**ARTIGO 11** - Da sua instalação à aprovação do seu regimento interno, o Conselho Municipal de Assistência Social, COMAS, terá suas reuniões presididas pelo Representante eleito entre seus membros.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Conselho terá 30(trinta) dias a partir da sua instalação par discutir e aprovar o seu regimento interno.

**ARTIGO 12** - A Secretaria da Criança, Família, e Bem Estar Social, no prazo de 30 dias a contar da instalação do Conselho Municipal, proporá a Política Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL, para aprovação do Conselho.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**

ESTADO DE SÃO PAULO

**ARTIGO 13** - O Regulamento Municipal disciplinará no prazo de 90 dias a partir da publicação desta lei, a forma de fiscalização das entidades ou organizações de assistência social.

**ARTIGO 14** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario, e especialmente a Lei Complementar nº 176/96 .

Leme, 13 de novembro de 1.996.

